

**“A Universidade em debate”. Entrevista com Luís Reis Torgal
(Universidade de Coimbra)**

“The University in debate”. Interview with Luís Reis Torgal (University of Coimbra)

“La Universidad en debate”. Entrevista com Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra)

*Angelo Brigato Ésther**

<https://orcid.org/0000-0001-9084-3746>

Como citar esta entrevista:

Ésther, Angelo Brigato. “A Universidade em debate”. Entrevista com Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra). *Locus: Revista de História*, 29, n. 2 (2023): 216-234.

Luís Reis Torgal é historiador e professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal. Licenciou-se em História em 1966, doutorou-se em 1978 e tornou-se catedrático em 1987. Lecionou disciplinas de História Moderna e Contemporânea

* Professor titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade de Juiz de Fora (FACC/UFJF). Doutorou-se em Administração, em 2007, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com uma tese sobre a identidade dos gestores da alta administração de universidades federais. Realizou seu pós-doutorado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), tendo como objeto de estudo a universidade brasileira, no que diz respeito à sua história e identidade institucional, temas sobre os quais tem publicado no Brasil, em Portugal e Espanha. Atualmente tem pesquisado e publicado acerca da relação entre história, identidade e gestão das universidades, a partir das concepções de diversos atores sociais e da posição oficial. Colaborou, ainda, com colegas do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF na realização de estudos acerca de política industrial, com a decorrente publicação de “Variedades de capitalismo e política industrial: formas institucionais e inovação tecnológica” e “Política industrial de países selecionados: Brasil, Rússia, Índia, e China (BRICS)”, livros publicados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em 2011. E-mail: angelo.esther@ufjf.br

e de Teoria da História na Universidade de Coimbra. Doutor honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20). Foi diretor da Revista de História das Ideias e da Revista Estudos do Século XX, da mesma universidade. Tem publicada uma série de artigos acadêmicos em várias línguas, bem como colaborou com universidades em diversos países, por meio de cursos e conferências.

Em 1998, candidatou-se a reitor de sua universidade, mas foi derrotado em segundo turno pelo rival Fernando Rebelo, com quem manteve “as melhores relações” a despeito do resultado.

Autor de diversos livros de história contemporânea, especialmente sobre o Estado Novo português. Sobre a universidade destacam-se os livros “A revolução de 1820 e a instrução pública” (1984), em coautoria com Isabel Nobre Vargues, “A universidade e o Estado Novo” (1999), “Que universidade: Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil” (2014), em coautoria com Angelo Brigato Ésther, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e “A Imprensa da Universidade e a consciência crítica” (2015).

Cinéfilo assumido, sobre o qual costuma escrever, é apreciador de teatro, dos livros, das viagens, da boa mesa e do futebol, sendo torcedor fiel da Académica de Coimbra, cujas partidas acompanha com afínco.

A entrevista com o Prof. Dr. Luís Reis Torgal foi realizada em setembro de 2022, em sua residência de Figueira do Lorvão, Portugal, onde nos recebeu da forma mais hospitaleira possível, pouco antes da eleição presidencial no Brasil. Após a transcrição, o Dr. Reis Torgal, como normalmente é conhecido, revisou o texto promovendo ligeiras modificações e atualizações, mas de modo a não alterar seu caráter espontâneo. A seu pedido, o texto a seguir foi escrito em português usado em Portugal, e não seguindo o mais recente acordo ortográfico (AO90), o qual não adota.

- **Gostaria de iniciar lhe perguntando sobre sua visão acerca da Universidade hoje em Portugal e, em alguma medida, sobre a universidade brasileira.**

O que eu considero é o seguinte: houve uma grande exclusão da Universidade em Portugal no seio das reformas de Ensino. Por exemplo, basta pensar que até 1973, praticamente, havia 4 universidades em Portugal (em Lisboa, Porto e Coimbra), não considerando os casos das Universidades de Angola e Moçambique, cuja fundação como Estudos Gerais data de 1962. Depois nós multiplicámos as universidades e, por outro lado, foram surgindo, baseando-se em parte em instituições existentes, os institutos politécnicos, fundados praticamente em todas as capitais de província, institutos politécnicos que hoje pretendem ser também universidades. Por conseguinte,

este ponto é um aspecto inegável que nós, de alguma maneira, deveríamos valorizar neste tempo. Quero com isto dizer que deve ser considerado como ponto prévio e positivo esta multiplicação de instituições no ensino superior. E quando falo disto estou a falar de Portugal, mas poderia estar a falar de Espanha ou do Brasil. Mas entendo que esta multiplicação não deveria originar uma decadência do ensino superior. O que, porém, trouxe consigo, em muitos casos, foi uma desvalorização de algumas destas instituições. Apesar da imagem positiva que se pretende sempre aparentar, apesar dos *rankings*, desvalorizou-se o que era o ensino universitário. Indiscutivelmente, para mim, sobretudo nas nossas áreas de ciências sociais e humanas, do meu ponto de vista, houve uma desvalorização. Por exemplo, ninguém pode afirmar que os graus concedidos se valorizaram. O processo de Bolonha (que começou por ser uma declaração de princípios muito interessante) veio trivializar a licenciatura. Por exemplo, em Portugal, repara bem, basta dizer o seguinte: no meu tempo, uma licenciatura durava 5 anos, ou, na prática, 6 anos, agora uma licenciatura dura 3 anos. No tempo anterior a estas reformas uma licenciatura era feita com uma certa maturação. Hoje, uma licenciatura em 3 anos e com estes regimes semestrais é algo parecido com uma medicação de urgência: toma-se um comprimido agora, outro daqui a 6 meses e por aí abaixo até perfazer 3 anos. Em 5 anos pode chegar-se a mestre e depois surge naturalmente o doutoramento. Indiscutivelmente, para mim não há dúvida, as universidades em Portugal e, provavelmente, no Brasil, e na Europa, talvez mesmo no Mundo, pesem as aparências de sucesso, desvalorizaram a formação dos estudantes. Mas fala-se aqui muito dos *rankings* (como o de Xangai) e diz-se que algumas das nossas universidades estão nas 500 primeiras universidades mundiais, porque o mundo vive constantemente destas aparências.

O essencial de todos os erros não está, pois, na multiplicação das universidades, mas na sua criação se não houver condições para o fazer. Estou como o meu colega Murilo de Carvalho, que parece ter uma visão negativa em relação a esta situação. Talvez seja um problema de geração e o facto de termos passado por vários tipos de universidade. No meu caso — realço — licenciiei-me em 1966, fui assistente em 1970, doutorei-me em 1978, fui professor catedrático em 1987, depois de passar por várias categorias docentes. Foi toda uma longa experiência. Daí o facto de dificilmente podermos ter uma visão muito positiva da qualidade da Universidade hoje, nomeadamente no que diz respeito às nossas áreas do saber, que exigem tempo, trabalho e uma longa reflexão.

Posso ter uma visão positiva, no sentido quantitativo e o certo é que muita gente que não entrava na universidade está a licenciar-se, a tirar o mestrado e a doutorar-se, mas isso corresponderá a um aumento de qualidade? O meu colega António Nóvoa, dedicado aos problemas pedagógicos e didáticos e que foi reitor e reformador da Universidade de Lisboa,

afirmou — e isso tornou-se uma afirmação paradigmática — que vivíamos num tempo em que temos a juventude mais bem formada de sempre. Eu manifestei sempre a minha discordância relativa. Eu digo que há mais licenciados, há mais mestres, há mais doutores, mas eu pergunto — e isto é uma análise que está por fazer — até que ponto é que a formação destes mestres, destes licenciados, destes doutores corresponde, efetivamente, a uma formação qualitativamente muito positiva?

Não sei o que acontece no Brasil, embora saiba alguma coisa através da minha experiência ali e das informações dos meus colegas, mas o sentido crítico dos jovens perdeu-se em muitos aspectos, quer dizer, o conhecimento é o conhecimento que vem de uma super-informação e de sistemas mais ou menos impostos, e não resulta de uma reflexão pessoal e aprofundada das questões. Esta é uma das causas de até os jovens aderirem ao populismo.

Vou dar um exemplo concreto que eu tenho utilizado muito porque sou historiador. Quer queiramos quer não, a História é a Ciência Social mais antiga, é a que consolidou primeiro a sua metodologia; hoje, a História está debaixo de uma espécie de chapéu de chuva daquilo que se chama "Ciência Social" e toda a gente faz História. Faz História o politólogo ou que se diz politólogo, o sociólogo, o jornalista. Toda a gente faz História. Quer dizer, toda aquela metodologia dura da História, de consultar documentos em arquivos, de consultar livros que dizem respeito à matéria estudada, do meu ponto de vista pode estar a perder-se. A História como ciência dura, consolidada metodologicamente, entrou em crise e sem benefício para as outras ciências sociais, que deixaram também de se desenvolver na sua própria área de investigação e, sobretudo, na sua metodologia de rigor. Hoje, tudo é superficial, estamos no domínio da opinião, que é o que vende... É esta a ideia que eu tenho, sem certezas, pois nunca tenho certezas. Vivo no mundo das interrogações..., na verdade, sempre vivi no mundo das interrogações, de acordo com o meu sentido crítico...

- **Sim... esta sua reflexão remete ao debate sobre privilegiar uma formação estritamente tecnicista e mercadológica em detrimento de uma visão ou concepção mais humanista, social e mesmo crítica. Como o senhor percebe esta questão?**

A meu ver, as universidades mercantilizaram-se, sobretudo universidades privadas. E eu dou-lhe um exemplo concreto, que é o caso da Universidade Católica: é preciso ser quase um milionário para realmente frequentar-se um curso de Medicina, na Universidade Católica Portuguesa. De todo o modo, não estou a pensar numa universidade utópica, acima das suas necessidades, do mundo empresarial, por exemplo. Não estou a pensar nisso, mas estou a pensar sempre no universitário, em qualquer área que se forme, ter, de certo modo, um sentido crítico em relação à realidade em que vivemos, quer dizer, nós estamos a viver hoje uma realidade

mercantilizada: indiscutivelmente tudo é mercantilizado, tudo no fundo é contabilizado em termos de milhões; tudo é contabilizado...

Há uma valorização das áreas tecnológicas e uma desvalorização do mundo das Humanidades e das Ciências Sociais? Mas, mesmo no que diz respeito a estas últimas, o que é valorizado nas Ciências Sociais hoje? Quem ganha bolsas de estudo? Que projetos é que são valorizados? São aqueles projetos que realmente têm a ver com o desenvolvimento dito regional, turístico, empresarial...? Tudo isto se passa num mundo pragmático, numa sociedade neoliberal. Não vamos esquecer isto: vivemos efetivamente nesta sociedade neoliberal capitalista. Não é à toa que a Universidade não consegue ultrapassar isto, porque... o que que é valorizado? Quando há os tais *rankings*... o que é que é valorizado?

Esta lógica da tecnologia, da aplicação das ciências ao desenvolvimento económico, é isto que é valorizado...claro. Eu não estou a afirmar que isto não é importante, que a relação universidade e empresa não seja relevante. Porém, devemos perguntar, por exemplo, no caso de a Engenharia ou de qualquer outro curso técnico virado para a produção: O que que se produz? Como se produz? Para que se produz? Isto é o mínimo que se pode pedir a alguém que, efetivamente, frequenta uma universidade..., é esta a grande questão que deve ser equacionada. Por outras palavras: só o que dá rendimento material deve ser valorizado? Julgo que as Ciências Sociais tiveram de se adaptar ao mundo da produtividade e constituem muitas vezes uma espécie de enfeite das Tecnologias e das "Ciências produtivas". Mas o mais importante a ser equacionado é saber se o que a Ciência faz, em que domínio for, tem como objetivo o Homem ou a simples Produção. Li em tempos a reflexão do filósofo Lipovetsky, que dizia que se falava muito de alterações climáticas, mas esquecia-se que o principal responsável para que houvesse uma transformação de paradigma deveria estar na Ciência e na Técnica mais do que no consumo individual, sempre difícil de reduzir (apesar de poder e dever haver uma educação do indivíduo para a cidadania), neste mundo de sedução e de espectáculo. Esquece-se porventura — e este é um argumento de historiador — que as grandes riquezas do século XVI resultavam da procura de bens não necessários, como a pimenta ou a canela.

Deixe-me relatar uma pequena experiência de quando eu fui ao MIT, em Boston. O tão falado Instituto de Tecnologia de Massachussets tem como linhas fortes, além das tecnologias, a Literatura, a Filosofia, a História. Ora, eu não estou a dizer que todas as pessoas que saem do MIT, saem com um sentido crítico e também com um conhecimento profundo nessas áreas. Não digo isto até porque não conheço suficientemente o MIT, mas, de qualquer maneira, guardei este exemplo, que acho significativo. Outro exemplo: eu comecei a dar aulas, numa determinada ocasião, em 1973, na Universidade de Aveiro, altura em que ela foi fundada. e, curiosamente, dei

aulas num curso de Telecomunicações. Quem organizou o currículo integrou nele uma cadeira de História da Cultura, e eu fui lá dar essa disciplina com outros colegas, orientado pelo meu mestre. Com isto, eu quero dizer, acima de tudo, que seja nas Tecnologias, seja nas Humanidades, seja nas Ciências Sociais, seja em que área for, o que é fundamental é, no fundo, existir o espírito crítico. É este espírito crítico que se abafou, pois toda a lógica do mundo é a lógica da produção. E se a grande maioria dos estudantes quer ir para as áreas de Tecnologias, ou para a Medicina ou outras ciências práticas, não é apenas por vocação nem por uma razão social. Mesmo em relação à Medicina, que deveria ter uma função essencialmente social, é por causa do próprio prestígio da Medicina, que talvez em Portugal esteja já em fase decrescente devido às dificuldades de ter uma vida rentável, sobretudo para os parâmetros que os médicos exigem.

Eu sou filho de médico, um médico da aldeia. Havia então médicos que representavam um estrato social superior (os especialistas das cidades) e havia outros médicos de um estrato social completamente diferente (os "médicos da aldeia"). O que eu quero com isto dizer é que hoje quem vai para a Medicina ou quem vai para as Ciências Tecnológicas, Engenharias ou para Gestão (outra área atractiva), pensa no seu próprio estatuto e (em certos casos) menos na vocação e no sentido social da sua prática.

Há outro aspecto também que eu devo lembrar e sobre o qual nunca se fez verdadeiramente uma investigação: fala-se das universidades, que é preciso criar universidades... tudo bem! Mas eu gostava de saber se se fez alguma vez um estudo correcto acerca do sucesso social delas. Gostava de saber quantos licenciados, mestres e doutores estão desempregados ou estão subempregados; normalmente não estão desempregados, mas estão subempregados. Quantos e porquê? É isto que eu gostaria de saber.

- **Isto é: se a Universidade está cumprindo o papel ou se é necessário haver mais universidades ou não...**

Exatamente! Quantos estão subempregados? Isso é um velho problema em Portugal! A Universidade, no século XIX, formava "bacharéis" (era o título que se dava aos actuais "licenciados", que querem até — alguns — ser tratados logo por "Drs.", apesar de haver também o grau de doutores, reservado só a poucos ou a menos), mas qual era o seu papel na sociedade e qual o seu tipo de emprego? Rafael Bordalo Pinheiro e Ramalho Ortigão têm uma interessante folha sobre o tema no *Álbum das Glórias*, que intitularam "A Universidade de Coimbra, a Mãe dos Bacharéis". Em tons caricaturais (na caricatura, de Bordalo, e na sua longa legenda no verso da

folha, de Ramalho) dizia-se que toda a gente queria ser bacharel, mas depois ficava-se desempregado e tinha de se ir trabalhar para um emprego qualquer que se conseguisse. Este é um grande problema em Portugal — um problema de sempre. Quando estamos a pensar no final do séc. XIX, estamos a pensar numa espécie de universidade de elites, digamos assim, pois pouca gente ia para as universidades. Hoje pensa-se que toda a gente deve ir para a universidade. Nós temos de fazer vários tipos de investigação... vários tipos de investigação com relação à Universidade, para se perceber se a universidade é uma Universidade, em termos quantitativos, adequada, mas também, qualitativamente; se ela está a cumprir os seus objetivos. A questão é esta!

- **Na sua visão, qual é o papel da Universidade ou, se quiser, seu objetivo?**

A Universidade sempre teve como objetivo — ou deveria ter como objetivo — criar ciência; depois, criar profissionais, e também, ser uma peça fundamental em termos de crítica da realidade, da realidade social, científica, cultural, etc. Esse é o objetivo! A grande questão é essa! Agora, a pergunta que se tem de fazer em relação a cada universidade é perguntar se a universidade cumpre estes objetivos. Isto é uma velha questão que aparece e reaparece. Só quem não lida com documentos sobre universidades é que não se apercebe dessa situação.

É preciso perguntar sempre se a universidade tem realmente um sentido crítico, no sentido correcto da palavra, que significa realmente olhar para uma realidade e discutir esta realidade. É essa a grande questão.

Também me pergunto se realmente os nossos estudantes passam pelas universidades com o objetivo principal de serem profissionais bem pagos, o que muitas vezes não são ou acabam por não ser.

Há cursos em Portugal — assunto sobre que eu acho interessante refletir — em que é preciso uma grande classificação e, teoricamente, uma grande competência, por exemplo, a Psicologia. Eu pergunto a mim próprio: quantos psicólogos efetivamente têm emprego e quantos são desempregados ou subempregados? Há cursos para os quais praticamente não há emprego e, ainda assim, continuam a existir. Outro exemplo são as Ciências da Educação. Não estou a falar da didática, da pedagogia, daqueles alunos que se formam numa determinada ciência (por exemplo, a Matemática) e depois vão ensiná-la com métodos pedagógicos e didáticos apropriados. Refiro à especialidade propriamente das chamadas Políticas da Educação, as quais hoje são (estão) sempre a ser criticadas por professores que estão no terreno, estão nas escolas. O curso de Ciências da Educação existe fora de um contexto prático e, depois, não há propriamente um emprego ou há poucos empregos nestas áreas. O que quero dizer, neste sentido, a partir destes exemplos, é

perguntar se a universidade se discute a si própria. Aliás os meus colegas da Faculdade de Letras — escola que mantém a denominação de sempre, correspondente às Ciências Sociais e Humanidades — dizem sempre que, realmente, o sentido crítico quase desapareceu. Não se discute, ou, discute-se muito pouco...

Quer dizer: o mundo está complicado, o mundo vai-se desenvolvendo, vai avançando e encontramos situações de desenvolvimento tecnológico incrível e, a par disto, situações de pobreza; encontramos situações de laicidade, de separação da sociedade civil das igrejas, mas vemos aparecer, cada vez mais, mesmo na Europa e na América (já nem falo do que sucede no mundo muçulmano), religiões a desenvolver toda uma ação política e ideológica. E a universidade, o que é que faz em relação a isto? Esta é outra pergunta que eu faço.

Outra questão que eu discuto. Há dias li uma entrevista, a que já me referi, de José Murilo de Carvalho (historiador que muito admiro e que é doutor *honoris causa* pela minha Universidade) no jornal *Público*, que me atraiu pelo que concordo, pelo que discordo e pelo que questiono, dado que nada é simples e muitas vezes não é o que exatamente parece. Salientou que no Brasil não há universidades até ao século XX, ao contrário do que sucedeu nas colónias espanholas da América e na América do Norte, em que surgiram, no primeiro caso, no século XVI e, no segundo, nos séculos XVII-XVIII. É verdade, mas nas colónias espanholas elas foram organizadas por ordens religiosas e não pelo Estado. Quer dizer, "Universidade Pública", no sentido que surgiu em Portugal, não existiu também. Aqui tivemos uma Universidade jesuítica, em Évora, do final do século XVI, que foi extinta pelo Marquês de Pombal. Nós tivemos, para o bem e para o mal, um outro sentido de Universidade, pois, apesar do acento religioso da cultura, pensámos na Universidade como uma instituição estatal. E isso foi reforçado pelo pombalismo e, depois da Revolução Francesa, no seio do liberalismo ou dos liberalismos, que discutiram o sentido corporativo da Universidade (que, de resto, constituía a sua essência institucional). Daí que nunca se tivessem criado instituições do Ensino Superior em Portugal com o nome de "Universidades" até à I República, até 1911, altura em que António José de Almeida criou as universidades de Lisboa e do Porto. Durante o período liberal criaram-se sim Academias, Institutos e Escolas, como a Academia Politécnica do Porto, o Instituto Politécnico de Lisboa e as Escolas Médico-Cirúrgicas. Em Espanha e nas suas possessões é mais evidente a importância da Igreja na formação e na vida das universidades. Algo parecido e diferente se passou nos Estados Unidos, onde grande parte das universidades surgiram no contexto de organizações religiosas e de comunidades de cidadãos. É por isso (julgo eu) que no Brasil só aparece em 1920 uma instituição com o nome de "Universidade", a Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), embora

existissem antes escolas de Direito, de Medicina, de Minas, etc. que não tinham o nome de "Universidade".

A palavra "Universidade" origina normalmente a ideia de uma instituição relevante que, realmente, pode não corresponder, muitas vezes, à realidade. O que é preciso é — como se fez noutros tempos — discutir o sentido da Universidade e saber se uma instituição com esse nome corresponde ou não a uma instituição significativa em termos de criação científica, de formação profissional e, além disso, em termos de uma cultura crítica. Por isso admira-me, mas compreendo até, em sentido simbólico de valorização institucional, por vezes falsa, que os Institutos Politécnicos hoje queiram ter o nome de "Universidades", porque o conceito de Universidade se tornou a valorizar e até a glorificar, enquanto em França, por exemplo, no final do século XVIII "Universidade" era um nome correspondente a uma instituição de *Ancien Régime*, a ponto de terem sido extintas as universidades (instituições com esse nome, entenda-se), só regressando no final do século XIX com Louis Liard. O que se criou entretanto foram as "*grands écoles*".

Eu não tenho nada contra alguns Institutos Politécnicos passarem a universidades, desde que tenham toda uma organização e os seus professores tenham habilitações e competências para serem "professores universitários". Mas, não é necessário que sejam, que passem a ter o nome de universidades, para serem valorizados. "Instituto Politécnico" foi e é um conceito interessante que deveria orgulhar os seus professores e alunos.

Isto quer dizer que pode haver institutos politécnicos que sejam até mais interessantes do que uma universidade. O conceito de Universidade é um problema complexo que tem de ser discutido e não é discutido. Enfim, um ponto que sintetiza tudo: querer ser "Universidade" (mesmo quando não há condições para o ser) trata-se mais de uma questão política e de prestígio formal do que propriamente de uma questão científica ou cultural. A Universidade é uma instituição acima de tudo científica e cultural. Assim como pode ser, talvez com um sentido mais prático, o Instituto Politécnico. Atenção, porém: quando falo de *científico* e *cultural* devo também falar de aspectos sociais do próprio desenvolvimento, não excluindo a relação universidade/empresa, de que tanto se fala, desde que essas relações sejam olhadas criticamente, não pensando apenas no desenvolvimento capitalista, mas pensando no desenvolvimento social. Isto é o que se discute ao longo de tantos anos e devia continuar a ser discutido, nesta sociedade essencialmente neoliberal.

- **O senhor falou acerca dos profissionais que muitas vezes não têm emprego, mas também acerca da visão crítica. Embora a universidade forme profissionalmente seus estudantes, não é ela que gera os empregos. Considerando a dependência do financiamento público, a universidade deveria deixar campos de conhecimento que, a princípio, não têm espaço ou demandas de mercado? Um exemplo clássico,**

por assim dizer, os filósofos. O mercado demanda filósofo? Se não, ou se for uma demanda muito baixa, pouco atrativa, o curso deveria ser extinto, por exemplo?

Claro que não! Aliás, este problema da Filosofia existe também com outro tipo de culturas. A uma dada altura, colocava-se este problema relativamente à questão dos Estudos Clássicos, do latim e do grego, que são fundamentais dentro de uma cultura ocidental, e não só. Agora, quanto a esta questão prática, se não pragmática, eu acho que pode haver um curso de Filosofia e pode pensar-se concretamente num conceito de emprego para os filósofos. A Universidade pode pensar esta questão. Hoje todos nós sabemos a importância que podem ter os especializados nas áreas dos estudos clássicos, do grego ou do latim, na importância que pode ter um filósofo. Mas poderá e deverá pensar-se na questão do emprego, pois se ainda existe Filosofia no ensino secundário, o Latim e o Grego (dantes obrigatórios para entrar em certos cursos da universidade) deixaram de ser obrigatórios, e obviamente, ninguém vive apenas a filosofar (*primum vivere, deinde philosophari*) ou a traduzir textos do latim — do latim clássico ou do latim medieval ou do latim renascentista. Evidentemente que tens razão, quer dizer, as universidades dependem dos orçamentos, do Estado, mas, por outro lado, também o emprego depende, em grande parte, dos investimentos do Estado.

A grande questão que se coloca muitas vezes é que se pensa que determinadas áreas, de natureza cultural ou patrimonial — é importante que se fale disto, mas pensa-se que isto não é significativo —, não tiram rendimento. Apesar de tudo, começa a aperceber-se a importância destas áreas do conhecimento, mas a pergunta que se faz sempre é se, efetivamente, se valorizam estas áreas em termos financeiros para que realmente haja emprego.

Aliás, eu não sei se sabes uma coisa que é importante: hoje vive-se uma crise de professores em Portugal. Há falta de professores. Isso é uma coisa que já se esperava há muito tempo... Porquê? Porque se desvalorizou a profissão do professor, que é uma profissão nobre. A vida do professor é uma vida de quase 24 horas, cheia de burocracias e mal paga, sobretudo se se tiver em conta a sua deslocação (embora entenda que um professor deve, se possível, residir no local onde foi colocado para perceber a sua vida e contribuir para o desenvolvimento regional e local). Daí que as pessoas já não queiram ser professores. Naturalmente...

Por isso surgiram leis para conceder a profissão de professores a pessoas que não têm formação para serem professores. Deste modo volta-se atrás...

Lembro-me do meu tempo em que eu fui professor num colégio, aqui próximo, em Anadia — na zona da Bairrada..., dos vinhos da Bairrada, que são dos melhores em Portugal [risos] —, fui professor ali e tinha a formação quase completa, pois só me faltava apresentar a tese para ser licenciado (uma licenciatura de 5-6 anos). Estive ali durante todo o ano a ensinar e, ao mesmo tempo, a escrever a minha tese de licenciatura, o que era complicado. Eu era professor de História

e o professor de Filosofia foi chamado para o serviço militar. Na época, foi-se buscar um indivíduo que, até por acaso, culturalmente, era muito interessante, mas que não tinha o nível de formação para dar Filosofia. Isto hoje pode vir a acontecer outra vez, pois esqueceu-se da importância da formação e dos objetivos desta formação.

Hoje, por falta de licenciados e devido à falta de atractivo em ser professor — há muitas escolas em zonas do interior (e ainda bem, num pequeno país que continua a ser, infelizmente, centralista) —, os alunos ficam sem professores. Vê, pois, o que é ter de se dar um lugar de professor a quem não tem formação. Por exemplo, na área do Português os alunos acabarem por ter um professor de Português sem formação adequada. É uma situação ridícula.

Mas, neste âmbito, deverias falar com um professor do ensino básico ou do ensino secundário, que conhecem melhor do que eu esta situação. Realmente desvalorizou-se a formação e a profissão. Daí que se esperem experiências desastrosas. O mesmo sucederá, por certo, no Brasil, onde o problema será talvez ainda mais grave.

- **Ao que parece, aquele sentido crítico se perde, ao menos em parte. A que que pode ser atribuído isso? Porque há uma relação com o Estado, que é orçamentária, mas não apenas. Porquê esta perda do sentido crítico? Seria também uma política do próprio Estado, digamos assim, uma política de Educação Superior que desestimula isso, ainda que por vias indirectas?**

Há pouco falávamos de uma coisa que me parece importante quando olhamos para o que nos rodeia: vivemos num mundo capitalista. Por conseguinte, quando, efetivamente, se pensa, quase exclusivamente, no tal capital, desaparece o espírito crítico. A questão está aí!

Eu queria sobretudo chamar a atenção para este aspecto que me parece importante: perdeu-se o sentido público. Não estou a falar de *estatal*, estou a falar do *público*.

Eu costumo dizer que não sou republicano (por oposição a monárquico, que também não sou), eu sou *res-publicano*, e quando digo *res-publicano* é porque se perdeu o sentido público, porque o público tem este sentido humanista, o sentido da confraternidade e da solidariedade.

- **Tem a ver com o bem comum?**

Como o bem comum, exatamente. Todo este sentido, no fundo, vai-se perdendo..., vai-se perdendo, ou perdeu-se sempre, ou nunca existiu, talvez, pelo menos em sentido absoluto (nada existe em sentido absoluto). Seja numa república ou numa monarquia, seja numa linha social-democrata ou num sistema socialista ou comunista, também temos exatamente um sentido que, do meu ponto de vista, não é um sentido público, mas um sentido estatal. Aquilo que eu vi na União

Soviética (estive na então União Soviética duas vezes e contactei colegas de lá, com as suas experiências e opiniões, que emitiam discretamente) era de natureza *estatal*. Não havia propriamente a consciência da solidariedade social e, sobretudo, da liberdade de pensar. Havia sim uma ideologia que se integrou no Estado e de alguma maneira se multiplicou nas instituições, nas universidades e nas ciências. Isto não é o que chamo *público*. Do meu ponto de vista, o público tem de supor sempre a liberdade, condicionada pela igualdade e pela fraternidade. O grande objetivo é, pois, conquistar a democracia (social e liberal), o que é sempre uma utopia, pois a democracia tem também em si própria as sementes do capitalismo, da desigualdade e até de correntes contra a liberdade (mesmo que a proclamem) e contra a fraternidade. Tudo isto parece uma contradição, mas não o é, se observarmos os conceitos sem preconceitos ideológicos e de forma racional e objectiva. Esta é a finalidade da Ciência e, assim, da Universidade.

- **O senhor acha que a Universidade consegue ou tem capacidade para mudar isso, para se reformular? Ou seja, o senhor acha que ela tem autonomia suficiente para isso ou é mais refém desse sistema, desse modelo?**

Eu acho que não se pode negar a capacidade de uma universidade se regenerar... ou repensar, ou refletir ou autocriticar... Evidentemente que isto tudo pode e deve acontecer. Há períodos em que a Universidade assumiu determinado tipo de posições mais críticas em relação a si mesma, através de seus órgãos próprios ou através de seus estudantes e professores (e até de funcionários, que podem e devem, evidentemente, também criticar a instituição em que trabalham). Há períodos em que isso aconteceu, nós temos aqui casos exemplares, neste século e no anterior, na república, em ditadura e em democracia. Mas, eu acho sempre complexo, complicado, que se ultrapasse determinado *sistema* que está instalado. A Universidade tem a sua autonomia, tem a sua autonomia científica, a sua autonomia pedagógica, para o bem e para o mal. Agora, se tem capacidade, efetivamente, para enfrentar um *sistema*, é sempre difícil dizer. Mas vamos pensar que isso possa ser possível. Veja o que se passa hoje em Portugal: os professores do ensino básico e secundário estão em luta por novas condições de ensino, tendo em conta a valorização da Escola Pública. Os professores da Universidade estão quase silenciosos e, todavia, há falta de professores do quadro, têm dificuldade em subir na carreira, dão muitas aulas, o que impede de se actualizarem cientificamente e de produzir ciência... Fala-se por vezes que eles ou os investigadores de centros não falam porque têm medo das consequências! Será possível neste tempo de democracia?! A crítica tem de ser assumida por cada um e a ciência é um constante debate. É por isso que agora me recuso a ser *referee* de artigos de revista, porque entendo que o anonimato não deveria ser possível na Ciência, assim como na sociedade democrática

É difícil, pois, que a Universidade neste sistema instalado tenha capacidade para mudar a situação existente, a não ser que o mundo mude, que as coisas se alterem. A História é uma espécie de espiral, ou seja, nós vamos passando por determinados momentos semelhantes embora diferentes. Por vezes parece que somos História e noutros parece que estamos fora dela ou nos deixamos levar por ela. Há, no entanto, determinados tipos de conflitos que surgem e põem em causa determinados sistemas. Naturalmente, isso pode acontecer e a Universidade pode, evidentemente, voltar a ser crítica em relação ao sistema que se instalou.

Lembra-se de quando eu lhe falei, há muito tempo, da importância de haver um grande colóquio que discutisse a Universidade. Discutir a Universidade tal como ela é, como ela deveria ser ou talvez pudesse vir a ser, autocriticando-se, refletindo sobre ela mesma. No fundo, isso é difícil de fazer, como se vê, pois esse colóquio nunca se realizou.

Enfim, actualmente não creio que a Universidade consiga discutir-se, discutir-se a si própria, dentro do quadro que temos, económico, social, cultural e político do país e do mundo, ou do continente. Os próprios meios de comunicação não geram esse debate, porque estão integrados, mais ou menos, no *sistema*. Há semanas pediram-me para colaborar num programa da televisão pública (um "programa-espectáculo" sobre a Universidade, como lhe chamei) em que me davam quase um guião. Recusei participar, evidentemente, mas aprontei-me para intervir num programa que discutisse a Universidade. Foi-me logo dito que não era esse o objetivo de tal programa.

- **O senhor tinha mencionado este desprestígio hoje que a educação tem, dos próprios professores, especialmente na escola primária e secundária. Mas, me parece que, pelo menos no caso do Brasil, isso acontece com a educação superior, sobretudo com a universidade pública. Como o senhor vê essa situação em Portugal?**

Eu acho que na Universidade aqui, felizmente, ainda não há a noção de que as universidades privadas são superiores, há um certo respeito pelas universidades públicas ou estatais (porque uma universidade privada pode ser "pública"), que, todavia, parece diminuir de dia para dia. Considerando a Universidade Católica também neste ponto, entendo-a como privada. Todavia, a Católica tem uma situação especial em Portugal: o Reitor da Universidade Católica pertence ao CRUP, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, e está isenta de algumas contribuições e certos impostos, tendo, porém, algumas garantias das universidades públicas.

Se digo que, apesar de tudo, há um respeito pelas universidades públicas em relação às privadas, é porque as privadas tiveram aqui um nascimento muito especial. Eu tive uma vez uma discussão com um colega meu, de Direito, que me dizia: “Tu nunca consideras bem as

universidades privadas, mas as universidades americanas, as grandes universidades americanas, são privadas..." Eu disse: aceito que sejam, mas as universidades americanas privadas têm uma história longa de séculos e uma forma de nascimento especial num mundo liberal comunitário. É que as Universidades privadas em Portugal apareceram como puras empresas, tirando uma ou outra que pode ter um sentido mais crítico, mais científico, mais cultural e até mais ideológico. De uma maneira geral elas tiveram um sentido perfeitamente empresarial,

O caso da Universidade Católica, como dizia, resulta de concessões do Estado. Tem origem na Concordata de 40, em que já se promete a formação de escolas próprias ou, pelo menos, de um ensino católico especial. Ela deveria ter nascido por sua conta, mas o Estado de Salazar não o permitiu ou só o permitiu tardiamente e com determinadas condições, que afinal a ligaram ao Estado. Nada tenho, obviamente, contra a formação da Universidade Católica, desde que ela seja tratada como uma universidade confessional aberta, que se administra a si própria. Mas já não concordo que tenha diferentes condições de qualquer universidade particular, pois exige pagamentos de propinas (ou seja, taxas de frequência pagas pelos alunos) muito acima de qualquer universidade pública, e contraditoriamente, tem benesses especiais próprias das escolas públicas.

- **No Brasil as Católicas também têm essa lógica...**

Sempre! E ninguém discute o valor das universidades católicas. Porque considero a Universidade Católica Portuguesa uma das melhores universidades privadas! O que existe — hoje que se fala tanto do tema — é um Clericalismo Católico, ou seja, um Poder Clerical, quando a Igreja devia ter como seu objetivo o Sacerdócio. Talvez não seja por acaso que o primeiro curso laico da UCP tenha sido um curso de Ciências Empresariais. Aceitaria isso desde que se tivesse em conta uma doutrina de empresa social. Mas o que sucede hoje é que os cursos de Economia servem um sistema neoliberal, como quaisquer outros.

- **No Brasil também se pode afirmar algo assim sobre as católicas...**

Mas que sejam consideradas privadas! É assim que deveriam ser consideradas, pois trata-se de instituições ligadas a outro Estado, como, por exemplo, a outro nível, as escolas da *Alliance Française*. E cada um que pague, sim senhor, as suas propinas, como se paga para qualquer outra universidade: a Autónoma, a Lusíada, a Portucalense, a Lusófona, etc. São privadas, é isto que eu pessoalmente entendo! Algo de idêntico se passa com a Saúde, embora tenha como princípio — se quiseres "cristão" (embora eu seja agnóstico) — que a Educação e a Saúde são direitos sociais. Isso, de resto, está consagrado na Constituição. Considero importantes e mesmo necessárias as

instituições de saúde privadas, mas elas devem ser complementares ou suplementares das públicas. Só assim elas são mesmo "públicas".

Agora, há aqui uma outra história que temos de contar em relação também às públicas: é esta internacionalização, este espírito internacionalista que hoje parece existir como uma espécie de sereia; cursos que são dados em inglês, os trabalhos de investigação mais valorizados serem em inglês, por exemplo. Esta lógica da internacionalização é uma coisa que eu não suporto. Sou, obviamente, adepto da internacionalização, como uma interligação de universidades e respectivos saberes, de todo o mundo, mas não numa lógica de dependência. Recordo muito bem quando os meus colegas juristas iam para a Alemanha especializar-se: a primeira coisa que faziam era ficar um ano na Alemanha a aprender alemão. Para ir para a Inglaterra tinha de se saber inglês, para França de se saber francês... Em Portugal, e já nos outros países, necessariamente tem de se falar e de escrever em inglês, como noutros tempos se tinha de escrever as teses em latim. Compreendo, até certo ponto, que haja uma língua de compreensão universal, por exemplo o inglês, mas que ela não seja entendida como um instrumento fundamental do saber, em sentido imperial. Por isso lembro-me sempre da anedota clássica do professor que falava cinco línguas e os seus colegas diziam de forma crítica: "É pena, pois assim diz asneiras em cinco línguas". Ao nível das ciências mais ligadas à área económica e financeira, as escolas até dão prioridade à sua identificação em inglês! Francamente, são estas coisas que, devo confessar, me custa a entender...

- **No Brasil também há uma busca por uma internacionalização e nem sequer se discute efetivamente o que isto quer dizer. Especialmente na pós-graduação, os critérios de avaliação da CAPES parecem atribuir um peso cada vez maior a uma certa internacionalização linguística e menos à profundidade dos conhecimentos.**

Aqui parece acontecer o mesmo! Mas, quero reafirmar que não tenho nada contra a internacionalização. Pelo contrário, a Universidade, por natureza, deve ser internacional. E longe de mim defender uma universidade nacional, no limite, nacionalista. Não é isto o que eu estou a dizer, até porque passei a vida a correr o mundo universitário em quase todos os continentes...

Agora, o que eu penso é que esta internacionalização não se deve integrar num *sistema*, no tal sistema neoliberal que supõe necessariamente o uso da língua inglesa, atendendo menos ao peso científico. E eu não tenho nada contra o facto de ter necessidade de falar inglês em determinadas circunstâncias, ou francês ou espanhol. Não tenho nada contra isso e defendo que, realmente, nós devemos ter uma relação fortíssima com qualquer país.

Eu vou dar um exemplo concreto, a que já me referi: os artigos que são mais valorizados, como sabes, são os artigos em inglês, publicados em revistas por vezes menos significativas, mas que usam determinados critérios "internacionais". Há livros e artigos que vêm do estrangeiro e,

mesmo que nada signifiquem de extraordinário, só logo traduzidos para português, enquanto textos originalíssimos e de grande importância científica não são sequer publicados, pelo menos em papel. Por outro lado, surge correntemente a ideia de quem é doutorado numa Universidade americana, inglesa... é uma mais-valia. Todavia, tive a experiência de ter de analisar uma tese que provinha de uma universidade de um desses países para lhe conceder o reconhecimento ou a equivalência e essa tese não tinha qualquer valor científico. Mas repito, mais uma vez: a Universidade por natureza é universal. Isso faz parte do espírito da própria Universidade, desde a sua origem, embora esse espírito passasse fundamentalmente pelo sentido "universal católico", de onde o conceito, dito em latim, *Ius ubique docendi*, direito de ensinar (no sentido amplo) em qualquer lado do mundo (católico ou de difusão católica).

Claro que hoje não é assim, as coisas hoje têm outro caráter; não passam pelas religiões, obviamente ou não deveriam passar. Mas passam pelo espírito de "outras religiões", que são as religiões da produtividade económica e menos pelas razões da solidariedade. Nisso é que deve constituir o sentido da "Universidade". E, obviamente, produtividade e solidariedade, público e privado, não se excluem necessariamente. Até se podem e devem completar.

- **Tudo parece acabar numa espécie de enquadramento em determinado modelo, um modelo hegemônico, que acaba dominando...**

É exatamente esta a questão!

- **É quase como se as nossas universidades fossem filiais de outras universidades estrangeiras que imaginariamente detêm o domínio do saber, não é assim?**

Exactamente. É esta lógica, e isto acontece com certeza com as avaliações da CAPES, como acontecerá aqui com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os candidatos são valorizados por artigos que são publicados no estrangeiro e não têm, por vezes, o mínimo de valor. Mas é isto que sucede.

- **Isto acaba repercutindo nas classificações, nas qualificações, nos *rankings* que acabam não refletindo a realidade, mas que refletem apenas a adesão a um modelo. Uma universidade portuguesa ou brasileira, que atua na sua própria realidade, vai ser classificada como inferior...**

Mas é isto o que está acontecer, essa é a nossa angústia...!

- **Diante deste contexto, como é o estudante universitário, hoje, na sua visão?**

Ora bem... não gosto muito de falar sobre isso por uma questão muito simples: estou aposentado há já bastantes anos e, por conseguinte, não convivo no dia a dia com estudantes. Apenas apresento dúvidas e não faço afirmações. Agora, a ideia que eu tenho, normalmente, é baseada na experiência de alguns dos meus colegas que estão ainda em serviço. É a ideia de que realmente o estudante hoje não aplica o seu sentido crítico e a sua capacidade de intervenção, que deveriam constituir algumas das suas qualidades. Eu estudei jornais estudantis, académicos e não só, dos séculos XIX e XX, em que eles publicavam artigos muito críticos em relação à Universidade, à época em que viviam, à própria sociedade e à política vigente. E normalmente eram os melhores que intervinham, pois estudo e intervenção não estão desligados. Quando olho para os estudantes de hoje, vejo que os interventivos estão muitas vezes integrados em partidos ou em esquemas mentais, em sistemas, mas isso não se traduz, duma maneira geral, num sentido crítico.

Aliás, os próprios órgãos universitários, como sabemos, pelo menos aqui, dentro do estatuto da Universidade agora vigente, encurtaram-se e são meros órgãos de apoio ao poder ou aos poderes. Dantes os órgãos tinham uma grande representação de estudantes e eram órgãos de debate, de debate efetivo sobre a Universidade. O estudante não funciona agora como uma alavanca crítica da Universidade e da sociedade.

Não se pense que quero fazer passar a mensagem de que "no meu tempo é que era bom". Tenho consciência que passei por situações por que, efetivamente, os estudantes de hoje não passaram e eles passam por situações que eu não passei. Todos pertencemos às "nossas gerações" que são obviamente diferentes, Mas o que o julgo é que a maioria dos estudantes de hoje se interessa pelo divertimento, pelas festas, pelas "praxes", pela possibilidade de virem a ter um bom emprego, que muitas vezes não virão a ter, e não exercem o poder de crítica que deveria ser uma das características mais evidentes no seu comportamento.

Falámos atrás das Universidades e da religião. Hoje, que vivemos em democracia, e, por isso, num sistema que deveria ser de separação das universidades públicas de qualquer religião, vemos que elas fomentam cerimoniais religiosos como se fossem cerimoniais das próprias universidades. Por exemplo, a "bênção das pastas", que é uma cerimónia que se realizava já no meu tempo. Eu, que fui católico, participei como estudante nesse cerimonial promovido, sobretudo, pela Igreja, mas não participavam os meus colegas que não eram. E eu fui estudante no tempo do salazarismo. Pois hoje tal cerimonial é, em algumas universidades, um número da festa em que participam católicos e não católicos. E, sobretudo, há universidades públicas e escolas de ensino superior em que elas próprias organizam esse cerimonial. Pode ser até que no Brasil não aconteça este tipo de situações, mas aqui acontece. Ou seja, não sou contra esses cerimoniais, mas não devem

ser as universidades (ou algumas que os promovem) a organizarem. A luta pela Universidade laica (o que nada tem com a existência de religiões e das suas práticas, que devem viver, tanto quanto possível, à sua margem) é uma longa luta em que participaram professores e estudantes. Hoje nem uns nem outros participam nessa luta. Veja-se o que se passa na Universidade de Coimbra no que diz respeito a outra manifestação. O reitor convida os professores e os estudantes para a missa da Imaculada Conceição, "padroeira da Universidade" desde 1646. Esse acto é a meu ver anticonstitucional. No entanto — que eu saiba — só alguns poucos professores tomam posição contra essa situação.

- **O senhor projeta algum cenário para a universidade num futuro próximo?**

Não...não imagino não..., para ser muito sincero. Enfim..., o meu tempo já passou, como costume dizer! Este é um tempo para os outros, para os mais novos e não é para mim, que estou com 80 anos. Digo algo semelhante ao que dizia, em entrevista, Murilo de Carvalho: o meu tempo passou! Estamos na idade das tecnologias da comunicação, que também utilizamos, mas não somos participantes de muitas das suas vantagens e, sobretudo, do que consideramos os seus vícios.

Realmente, nós entendemos a Universidade de uma determinada maneira, que já não é a que existe actualmente. Quando fui candidato a Reitor em 1998, como sabes, fiz um programa que provavelmente ninguém leu [risos], onde estava o essencial do que penso sobre a Universidade. Além disso, em 2014-2015, como também muito bem sabes, escrevi contigo um livro intitulado *Que Universidade?*, onde desenvolvi algumas ideias.

A verdade é que a ideia que tenho da Universidade é diferente da que hoje existe e que se vai consolidando (ou fazendo degradar esta velha instituição). Sou herdeiro dos meus mestres, particularmente os Professores Joaquim de Carvalho (que não cheguei a conhecer, pois morreu antes de eu ser aluno da Universidade, mas cujos textos foram para mim fundamentais), Sílvio Lima (que foi, na verdade, meu professor e que falou constantemente nos seus ensaios do espírito crítico), Miguel Baptista Pereira ou Maria Helena Rocha Pereira (que me obrigaram a ter o sentido do rigor e da reflexão crítica) ou J. S. Silva Dias (que orientou as minhas teses de licenciatura e doutoramento, ensinando-me a usar uma metodologia histórica moderna, criativa mas objectiva, e que teve a qualidade de ter fundado uma "escola", o que fui tentando fazer ao longo de 40 anos). Hoje muitas coisas mudaram e dificilmente me revejo no que é feito, mesmo no que tentei criar. Por exemplo, fundei um centro de investigação [CEIS20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX], a que eu pertença ainda como colaborador, mas este centro de investigação hoje já não é o que eu pensei. Portanto, eu próprio tenho que aceitar este meu centro de investigação tal

como ele existe hoje! Continuo a participar na vida deste centro, mas entendo que realmente já não é o centro que eu pensei. É outro..., já é outra realidade... Melhor? Pior? O futuro o dirá. Evidentemente, se num determinado momento me sentir mais afastado dele do que dentro dele, então eu saio, mas não há razão para isso, nem sinto motivo para o fazer. O tempo já não é meu; o tempo é dos outros e, nesta perspectiva, eu não imagino, para responder à tua questão, não imagino outro mundo. Já passei por muitas causas perdidas... Por isso mesmo eu não posso imaginar, neste momento, qual deve ser o futuro da Universidade. Eu, sendo um idealista, não sou um entusiasta da utopia.

- **Para finalizar: aquela pergunta título do nosso livro continua valendo: *Que Universidade?***

Que Universidade...? Evidentemente que sim... Essa ideia, apresentada de forma interrogativa, mantém-se sempre: Que Universidade...? Quando perguntamos “que Universidade?”, falamos da essência da Universidade, ultrapassando aquilo que é efémero, que, como sabes, significa "o que se mostra num dia", o que vai mudando. É a pergunta que se tem de fazer sempre e constantemente, com o apoio de professores (colegas) e estudantes. O problema é sempre não nos interrogarmos e irmos aceitando a realidade que existe, sem espírito crítico.

- **Muito obrigado!**

Por nada! Eu é que agradeço.